



Relatório apoia proposta que acaba com foro privilegiado

Texto de Randolfe Rodrigues sobre PEC de Alvaro Dias deve ser lido quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça, com rejeição de emendas consideradas atenuantes

Políticos, ministros, desembargadores, juízes, procuradores, promotores e comandantes militares devem ser julgados em primeira instância nos casos de crimes comuns, segundo proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Alvaro Dias. O relator, Randolfe Rodrigues, é favorável ao texto por entender que o foro especial se tornou sinônimo de impunidade.

— Muitas pessoas buscam o mandato eletivo justamente para fugir das instâncias ordinárias da

Justiça — disse Randolfe.

De acordo com a proposta, prisões poderão acontecer a partir de condenações em segunda instância. O presidente da República seria afastado a partir do recebimento da denúncia pelo juiz de primeiro grau. Mas o texto não altera o rito para crimes de responsabilidade — aqueles que levam ao impeachment.

Atualmente o Brasil tem 34 mil autoridades com privilégio de foro, o que sobrecarrega os tribunais superiores, na avaliação do relator da proposta. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Randolfe preparou relatório favorável ao projeto de Alvaro que submete autoridades à primeira instância para crimes comuns



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Pablo Rolim Carneiro, Admilson dos Santos, Marta Suplicy, Renan Bernardi Kalil e Maria das Graças Costa na reunião

Divergência marca debate sobre reforma trabalhista

Em audiência sobre a reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais, senadores da oposição, sindicalistas e o Ministério Público do Trabalho disseram que proposta do governo reduz os direitos e

retrocede nas conquistas dos trabalhadores. Já a base governista e representantes do Ministério do Trabalho e da indústria defenderam que legislação deve se modernizar para gerar mais empregos. **3**

Debatedores apontam sucesso do Programa Seguro-Emprego

O relatório de Armando Monteiro sobre a MP do Programa Seguro-Emprego deve ser apresentado amanhã, em comissão mista. Na quarta-feira, participantes

de audiência apontaram como sucessos do programa a economia de recursos do seguro-desemprego pelo governo e a contenção do nível de desemprego. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Armando Monteiro (4º à esq.) coordena debate sobre a medida provisória

Áreas ambientais no Pará podem ter novos limites

O Parque Nacional do Jamaxim e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós ganharão novos contornos devido à construção da Estrada de Ferro 170, segundo MP aprovada ontem em comissão mista. **4**

Quatro projetos voltados à mulher passaram a ser leis

Foram sancionadas, na quarta-feira, quatro proposições sobre direitos, proteção e homenagens às mulheres. Foi também publicada, com vetos, lei que reconhece a profissão de detetive particular. **2**

Especialistas: é preciso fortalecer inspeção animal

A crise que se abateu sobre o setor produtivo e as exportações após a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, foi analisada em audiência da Comissão de Agricultura, na quarta-feira. Uma das providências defendi-

das pelos representantes do setor da carne foi recompor e fortalecer o serviço de inspeção federal. Wellington Fagundes disse que a equipe é “minúscula”, com 400 profissionais para fiscalizar 4,9 mil unidades industriais. **3**



Waldemir Borreto/Agência Senado

Wellington (4º à esq.) diz que só há 400 fiscais para inspecionar frigoríficos contra 2,5 mil inspetores na década de 80

Congresso lembra hoje cem anos de Roberto Campos **2**

Audiências vão discutir defesa e aeroportos **3**

Leis de direitos e proteção à mulher são sancionadas

Na quarta-feira, o presidente Temer referendou quatro proposições aprovadas no Mês da Mulher. No mesmo dia, foi publicada lei que reconhece a profissão de detetive particular, sancionada com vetos

QUATRO LEIS QUE garantem direitos e proteção às mulheres foram sancionadas na quarta-feira pelo presidente Michel Temer. As normas resultam de uma série de propostas aprovadas no Congresso em março, como forma de homenagem às mulheres. Também na quarta-feira, a profissão de detetive particular passou a ser reconhecida, com a publicação no *Diário Oficial da União* da Lei 13.432/2017, sancionada na terça.

Uma das leis sancionadas para as mulheres proíbe o uso de algemas em presas grávidas nos atos médicos e hospitalares preparatórios, durante o parto e logo após a presa dar à luz.

A norma origina-se do PLC 23/2017. Com a sanção, transforma-se em lei medida já prevista em decreto presidencial de setembro de 2016. A inclusão no Código de Processo Penal torna a determinação, que também estava prevista em súmula vinculante editada em 2008 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma política de Estado.



Entre os projetos que viraram lei, está a proibição de algemas em presas grávidas

Outras duas leis sancionadas na quarta visam promover a importância da amamentação. A lei decorrente do PLC 24/2017 institui agosto como o Mês do Aleitamento Materno. Estão previstas palestras e eventos, divulgação de informações nas mídias e espaços públicos, reuniões com a comunidade e iluminação ou decoração com a cor dourada.

Já a lei originada do PLC 25/2017 garante às mães o direito a acompanhamento e orientação sobre amamentação em hospitais e demais

estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares. O texto acrescenta ainda um inciso no Estatuto da Criança e do Adolescente, listando as obrigações dos hospitais e maternidades em relação aos direitos do recém-nascido e da mãe.

E a lei decorrente do PLC 22/2017 inscreve o nome de Zuleika Angel Jones, a estilista Zuzu Angel (1921-1976), no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*.

Detetive particular

A lei que reconhece a profissão de detetive particular tem origem no PLC 106/2014.

Será considerado detetive particular o profissional que, por conta própria ou na forma de sociedade civil ou empresarial, colete dados e informações de natureza não criminal, para esclarecer assuntos de interesse privado do cliente.

De acordo com a nova lei, o detetive particular pode colaborar com investigação policial em curso, desde que expressamente autorizado pelo cliente e com consentimento do delegado de polícia.

Foi vetado o trecho da lei que dizia que o texto “regulamenta” a profissão, o artigo que determinava as informações passíveis de investigação e os pré-requisitos para a profissão, como a posse de diploma de nível médio e o atendimento a curso de formação profissional.

Temer veta fim de prazo para interdição em acusação de fraude em remédios

Está mantido o prazo máximo de 90 dias para a interdição de empresas flagradas vendendo medicamentos falsificados. O presidente Michel Temer vetou na íntegra projeto que acabava com esse prazo. A decisão foi publicada quarta-feira no *Diário Oficial*.

A Lei 6.437/1977 limita a três meses o prazo para interdição cautelar do produto ou estabelecimento acusado de fraude sanitária. Esse é o período máximo admitido para realização de testes, provas, análises ou outras providências para apuração da suspeita de adulteração.

Se esse trabalho não é concluído no período, a venda do produto ou a atuação do

estabelecimento é automaticamente liberada. O PLS 464/2011, de Humberto Costa (PT-PE), vetado por Temer, acabava com o período preestabelecido de suspensão, permitindo a interdição por prazo indeterminado para a comercialização do produto ou para o funcionamento do estabelecimento sob suspeita.

Temer alega que vetou o texto porque ele “viola os princípios do devido processo legal e da razoável duração do processo”, previstos na Constituição, e o princípio da proporcionalidade. Para o presidente, o fim do prazo-limite também é “irrazoável do ponto de vista econômico”, pois poderia causar a falência de empresas.

Congresso celebra centenário de nascimento de Roberto Campos

O centenário do nascimento do economista, diplomata e político Roberto Campos será comemorado em sessão solene do Congresso hoje.

O senador Cidinho Santos (PR-MT), autor do requerimento original para a homenagem, lembrou que Campos foi responsável pela criação do Banco Central, do FGTS e do Estatuto da Terra.

Ele foi diplomata nos Estados Unidos, na década de 40, e ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica, de 1964 a 1967. Voltou à diplomacia em 1974, como embaixador em Londres.

Nos anos 80, iniciou a carreira política como senador por Mato Grosso, estado onde nasceu em 17 de abril de 1917. Foi senador entre 1983 e 1991, pelo PDS, e atuou como constituinte. Depois foi deputado federal por dois mandatos.

No último discurso como parlamentar, em janeiro de 1999, na Câmara, Campos disse que reconhecia o fracasso de sua geração em lançar o Brasil em uma trajetória de desenvolvimento sustentado. “Continuamos longe demais da riqueza atingível e perto demais da pobreza corrigível”, disse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Previdência e idosos

9h Audiência sobre efeitos da reforma da Previdência para idosos e deficientes.

CONGRESSO Roberto Campos

11h Sessão em homenagem ao centenário de nascimento de Roberto Campos.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

TERÇA

CDH Previdência e professores

9h Debate sobre efeitos da reforma da Previdência para policiais e professores.

CI Ferrovia Biocênica

9h Audiência sobre a viabilidade econômica da Ferrovia Biocênica.

MP 754/2016 Reajuste remédios

9h Audiência sobre reajuste nos preços de remédios.

MP 765/2016 Gratificações

9h30 Debate sobre mudanças na remuneração e na gratificação de servidores públicos.

CAE PIB Verde

10h Na pauta, projeto que cria o PIB Verde.

CE Incentivo à leitura

11h Análise de projeto que cria a Política Nacional de Leitura e Escrita.

CAS Esteticista

14h Debate sobre regulamentação da profissão de esteticista.

CDR Reforma da Previdência

14h Debate sobre impactos da reforma para pequenos municípios do NO e NE.

MP 764/2016 À vista e no cartão

14h30 Análise de relatório sobre diferenciação de preços pelo modo de pagamento.

SEGUNDA

MP 765/2016 Gratificação

14h30 Audiência com o ministro do Planejamento sobre gratificação de servidores.

MP 767/2017 Relatório

14h30 Votação de relatório sobre o bônus de eficiência para peritos do INSS.

CMO Orçamento

14h30 Eleição de presidente, vice e relator.

PRESIDÊNCIA Líderes

14h30 Reunião de líderes no gabinete.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Eleição

15h Comissão mista elege presidente e vice.

MP 761/2016 Programa

15h Relatório sobre Proteção ao Emprego.

QUARTA

CCT Desenvolvimento tecnológico

8h Debate sobre tecnologia e inovação.

CAS Royalties da mineração

9h Na pauta, projeto sobre destinação de royalties da mineração para a educação e a saúde.

MP 754/2016 Medicamentos

9h Audiência sobre preços de remédios.

CCJ Advogado-geral

10h Na pauta de 31 itens, PEC com critérios para escolha do advogado-geral da União.

CE Médicos

10h Debate sobre trabalho obrigatório, em áreas carentes, de médicos recém-formados em universidades públicas.

CAE Custo Brasil

14h30 Audiência sobre o custo Brasil.

CMMC Crise hídrica

14h30 Debate sobre crise de água no Vale do São Francisco.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Edição e Publicações (Segraf)

Oposição e sindicalistas dizem que proposta reduz direitos dos trabalhadores. Base governista e indústria defendem que legislação precisa se adequar aos novos tempos

Debatedores divergem sobre reforma trabalhista

DIVERGÊNCIA DE OPINIÕES marcou a audiência pública sobre a reforma trabalhista, com foco no tema “Negociado sobre o legislado”, quarta-feira, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os senadores da oposição e os representantes dos sindicatos e do Ministério Público do Trabalho (MPT) afirmaram que a reforma está retirando direitos dos trabalhadores. Senadores da base do governo, no entanto, e representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Ministério do Trabalho disseram que é preciso modernizar a legislação.

De acordo com o procurador do Trabalho Renan Bernardi Kalil, são equivocadas as premissas do governo de que, com a aprovação do dispositivo que assegura o “negociado sobre o legislado”, haveria aumento na geração de emprego e seria valorizada a negociação trabalhista. Ele citou os exemplos de Espanha e Portugal, onde medidas semelhantes foram aprovadas, mas, um ano depois, não se verificou aumento na geração de emprego.

Sobre a valorização da negociação coletiva, o procurador disse que o ponto de partida deve ser o entendimento de que piorar as condições trabalhistas é uma medida inconstitucional.

—No Brasil já se tem a prevalência do negociado sobre o legislado, desde que o negociado seja superior ao que prevê a lei — disse.

A visão de Edimilson Moreira dos Santos, assessor especial do Ministério do Trabalho, é diferente. Para ele, as premissas da reforma trabalhista



Audiência, coordenada por Marta (C), discutiu proposta que dá à negociação coletiva força de lei

proposta pelo governo são a garantia da segurança jurídica nas negociações coletivas e a preservação dos direitos dos trabalhadores.

Negociação

Santos afirmou que quem conduz a negociação são os sindicatos e que o Brasil tem uma taxa elevada de sindicalização se comparado a outros países. A modificação na lei trabalhista, disse, deve deixar claro em quais situações a negociação coletiva terá força de lei.

— A proposta que o governo trouxe à discussão não coloca especificamente que o negociado deve prevalecer em relação ao legislado. Muito pelo contrário, diz que o negociado terá força de lei naqueles 13 pontos ali colocados.

Entre esses pontos, estão o parcelamento de férias, o banco de horas, a jornada de trabalho, a remuneração por produtividade e a ampliação do contrato de trabalho temporário de 90 para 120 dias e do regime parcial de trabalho de 25 para até 30 horas.

O representante da CNI, Pablo Ro-

lim Carneiro, avaliou como positiva a redução do intervalo de almoço de 1 hora para 30 minutos, possibilitando que o empregado saia mais cedo do trabalho e evite o trânsito na volta para casa. Para ele, a negociação coletiva é o principal instrumento para a modernização trabalhista.

Segundo Carneiro, a CLT, apesar de é importante, não contempla a diversidade de setores produtivos do país.

— Não se trata de dizer que vamos revogar ou acabar com a CLT. De forma nenhuma. A proposta reconhece e fortalece o instrumento que já existe.

Para a representante da CUT, Maria das Graças Costa, o governo precisa negociar com os trabalhadores a proposta. Ela disse não acreditar que a reforma vai gerar mais emprego, porque retira direitos dos trabalhadores. No caso a redução do intervalo de almoço, argumentou que pode até parecer uma boa proposta, mas questionou se não prejudicará a saúde dos trabalhadores.

Para a senadora Regina Sousa (PT-PI), o trabalhador tem direito de des-

confiar da reforma trabalhista. Segundo ela, no momento de desemprego que o país vive, as negociações coletivas serão sempre desfavoráveis aos empregados.

— É totalmente inconcebível isso. A CLT é o mínimo, nunca foi nossa paixão. Nunca fomos apaixonados pela CLT. Está garantido esse mínimo na CLT, aí vai flexibilizar? Cada negociação tem que ser uma, não pode dizer que porque está negociado tem força de lei.

Da mesma forma se manifestaram os senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Jorge Viana (PT-AC). Para Paulo Rocha, é preciso enfrentar o capital financeiro que está querendo tirar os direitos dos trabalhadores. Segundo Viana, a proposta do governo quer levar o país à era pré-Vargas. É preciso, disse, uma reforma trabalhista que pense no futuro e modernize as relações de trabalho.

Já os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Armando Monteiro (PTB-PE), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e a presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), são favoráveis à reforma trabalhista. Moka não vê problema em flexibilizar as regras desde que se respeitem os direitos dos trabalhadores.

Armando citou o exemplo da França e da Alemanha, que, há 20 anos, tinham uma renda média per capita semelhante e, atualmente, a renda alemã é bem maior do que a francesa porque, disse, os alemães fizeram uma reforma trabalhista, e os franceses, não.

Para ele, a realidade do mercado de trabalho no país não é boa, com informalidade e tributação alta. É preciso, então, modernizar, afirmou.

Especialistas defendem fortalecer vigilância sanitária

Representantes do setor produtivo da carne defenderam na quarta-feira, em audiência da Comissão de Agricultura (CRA), recompor e fortalecer o serviço de inspeção federal, rever a legislação e os protocolos como forma de evitar abusos e dar maior segurança à produção de origem animal.

De acordo com Wellington Fagundes (PR-MT), a inspeção federal tem hoje uma equipe “minúscula”: apenas 400 inspetores ou auditores para fiscalizar mais de 4,9 mil estabelecimentos industriais. Nos anos 80, o contingente era de quase 5 mil médicos veterinários, sendo 2,5 mil na inspeção federal. Ele disse que o Brasil possui padrão sanitário entre os mais modernos do mundo, com produtos de origem animal de primeira linha, mas que o país precisa avançar na estruturação da atividade para se proteger melhor.

Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV), Josélio Moura, avaliou que a Polícia Federal agiu com “exagero muito grande” ao divulgar a Carne Fraca, que desmontou esquema de fraudes em licenças e fiscalizações de frigorifi-



Ivo Cassol (3º à dir.) preside audiência sobre inspeção animal após Carne Fraca

cos. Segundo ele, a PF tem 27 peritos criminais veterinários que poderiam ter auxiliado na parte técnica da operação, separando o que era criminal. E há no Exército mais de 200 veterinários, muitos especialistas em assuntos da cadeia alimentar. Acrescentou que a principal lição deixada pela ação da PF foi a necessidade de fortalecer a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.

Loteamento

Representante da Federação Nacional dos Médicos Veterinários, Cezar Pasqualin disse que a corrupção tem origem no “loteamento de cargos” nas superintendências estaduais do Ministério da Agricultura e que

os atos investigados pela PF já eram de conhecimento público. Defendeu punição rigorosa dos envolvidos. Representante da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ariel Mendes disse que o Brasil desempenha papel importante na segurança alimentar de mais de 100 países, como a Arábia Saudita, onde 88% das importações têm origem brasileira. Desde 2005, o país é o maior exportador mundial de carne de frango, com 37% do mercado, e o quarto exportador de carne suína, com 11%. Mendes defendeu reforçar a comunicação com o mercado interno, com atuação conjunta do governo e do Congresso, para transmitir segurança também aos importadores.

Comissão define audiências sobre aeroportos e defesa

Audiências públicas para debater gestão dos aeroportos recém-leiloados, como os de Salvador, Fortaleza, Florianópolis e Porto Alegre; planos da Infraero para os próximos leilões; informações sobre a gestão dos pequenos aeroportos atendidos pela aviação regional e sobre a nova política para a cobrança de bagagens são alguns dos temas que serão discutidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Também na reunião de quarta-feira da CDR, ficou acertado o convite ao ministro da Defesa, Raul Jungmann,

para que ele detalhe as metas e diretrizes da pasta, com foco nas ações desenvolvidas nas Regiões Norte e Nordeste.

A comissão também escolheu a política pública a ser avaliada este ano: a segurança hídrica e a gestão das águas no Norte e no Nordeste. A relatora desse trabalho será a senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

Além disso, a CDR aprovou seminário para discutir a economia criativa como estratégia de desenvolvimento regional, com previsão de audiência sobre o São João, fundamental para o Nordeste.

Programa Mais Médicos será discutido com ministro da Saúde

O Programa Mais Médicos será debatido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com a realização de duas audiências públicas. Os requerimentos de Humberto Costa (PT-PE) foram aprovados quarta-feira.

O primeiro propõe debate com o ministro da Saúde, Ricardo Barros. O objetivo

do segundo requerimento é discutir o risco dos recursos do programa serem contingenciados. Humberto quer saber sobre a mudança de classificação da ação no Orçamento, de despesa primária obrigatória para discricionária, quando o governo tem poder para contingenciar.

Fim do foro privilegiado volta a ser discutido

Relatório favorável ao projeto será lido quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça. Emendas consideradas atenuantes à intenção do texto foram rejeitadas

O RELATÓRIO DO senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) à proposta de emenda à Constituição que extingue o foro especial deve ser lido quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De autoria de Alvaro Dias (PV-PR), a PEC 10/2013 revoga foro especial em casos de crimes comuns para políticos, ministros, desembargadores, juizes, procuradores, promotores e comandantes militares.

Randolfe entende que o foro — concebido pela Constituição como garantia de estabilidade institucional e contra arbitrariedades — tem sido distorcido.

— Muitas pessoas buscam o mandato eletivo justamente para fugir das instâncias ordinárias da Justiça. O foro tornou-se sinônimo de impunidade — avalia Randolfe.

O senador argumenta que os tribunais superiores sofrem com sobrecarga de processos por serem obrigados a lidar com denúncias criminais enquanto cumprem as demais atribuições jurídicas. Ele lembrou que o STF levou 124 anos para emitir a primeira condenação de um político no exercício do mandato.

O relatório estima que o Brasil tem 34 mil autoridades com privilégio de foro, nos três Poderes e no Ministério Público (veja quadro). Caso seja aprovada a proposta, processos judiciais comuns de todas as autoridades começarão na primeira instância e prisões podem acontecer a partir de condenação na segunda instância. As Casas do Congresso perderiam o poder de deliberar sobre a manutenção ou não da prisão de seus

Como as autoridades são julgadas atualmente						
EXECUTIVO						
	Presidente da República	Vice-presidente	Ministros de Estado	Advogado-Geral da União		
Crimes comuns	STF	STF	STF	Constituição não aborda		
Crimes de responsabilidade	Senado	Senado	Senado (quando conexos com o presidente) STF (demais casos)	Senado		
EXECUTIVO						
	Governadores	Prefeitos	Comandantes militares	Chefes de missões diplomáticas permanentes		
Crimes comuns	STJ	Tribunais de Justiça	STF	STF		
Crimes de responsabilidade	Constituição não aborda	Constituição não aborda	Senado (quando conexos com o presidente) STF (demais casos)	STF		
JUDICIÁRIO						
	Ministros do STF	Ministros de STJ, TST, TSE e STM	Membros do CNJ	Desembargadores e membros de TRFs, TRTs e TREs	Juizes federais	Juizes estaduais
Crimes comuns	STF	STF	Constituição não aborda	STJ	TRFs	Tribunais de Justiça
Crimes de responsabilidade	Senado	STF	Senado	STJ	TRFs	Tribunais de Justiça
MINISTÉRIO PÚBLICO						
	Procurador-Geral da República	Membros do CNMP	Membros do Ministério Público da União	Membros dos ministérios públicos estaduais	Membros do Ministério Público que oficiem perante tribunais	
Crimes comuns	STF	Constituição não aborda	TRFs	Tribunais de Justiça	STJ	
Crimes de responsabilidade	Senado	Senado	TRFs	Tribunais de Justiça	STJ	
LEGISLATIVO						
	Deputados federais e senadores		Ministros do TCU	Membros de tribunais e conselhos de contas estaduais e municipais		
Crimes comuns	STF		STF	STJ		
Crimes de responsabilidade	Não se aplica		STF	STJ		

membros. O presidente da República, em caso de crime comum, seria afastado a partir do recebimento da denúncia pelo juiz de primeiro grau. A PEC não modifica a situação dos crimes de responsabilidade (aqueles que levam ao impeachment de autoridades).

A PEC 10 já estava pronta para votação no Plenário, mas voltou para a CCJ após decisão de que ela tramitasse em conjunto com a PEC 18/2014, de Acir Gurgacz (PDT-RO), que propõe o fim do foro especial

apenas nos casos de crimes hediondos (como homicídio, latrocínio, extorsão qualificada e estupro), crimes contra a administração pública (como corrupção passiva, peculato e prevaricação) e lavagem de dinheiro. Para Randolfe, essa proposta “não atende os anseios da população”. Ele sugere a rejeição da PEC 18.

Das 11 emendas apresentadas à PEC 10, Randolfe acatou apenas 4, sendo 2 de redação. Uma terceira, de Alvaro Dias, inclui juizes estaduais, pro-

curadores e promotores de justiça entre as autoridades afetadas pelo fim do foro. A última, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), proíbe a recriação do foro especial.

Uma emenda foi retirada pelo autor antes de qualquer análise e as outras seis foram rejeitadas por serem consideradas atenuantes da intenção do projeto. Roberto Rocha (PSB-MA) previa a criação de varas especializadas para autoridades. Romero Jucá (PMDB-RR) e Fernando

Bezerra Coelho (PSB-PE) mantinham a competência de aceitação das denúncias nas instâncias superiores. Outra emenda de Jucá estabelecia que os presidentes de cada um dos três Poderes continuariam a ser julgados pelo STF. O senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) preservaria nas instâncias superiores os processos já em andamento. E Aírton Sandoval (PMDB-SP) definia o foro da residência da autoridade como responsável pelo processo.

Relatório sobre seguro-emprego será lido amanhã

O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) é bem-sucedido na opinião dos participantes de audiência realizada na quarta-feira, na comissão mista da MP 761/2016. A MP renomeia o benefício para Programa Seguro-Emprego (PSE), define medidas de aperfeiçoamento e prorroga a vigência até dezembro de 2018.

Segundo representantes de entidades como o Sebrae e o Ministério do Trabalho e Emprego, entre as melhorias geradas pela implementação do programa, estão a economia de recursos do seguro-desemprego por parte do governo e a contenção do nível de desemprego no país.

O relator da MP, senador Armando Monteiro (PTB-PE), destacou a importância do diálogo social formado para



Participantes de debate consideram programa bem-sucedido e elogiam a MP

a constituição do extinto PPE. — Pretendo apresentar meu relatório no dia 18 [amanhã], às 15h, e espero conseguir incorporar muitas das sugestões que surgiram no debate — disse.

O coordenador geral do programa, Manuel Guimarães, destacou que o PSE não é incentivo fiscal nem isenção para empresas, é um benefício pago

ao trabalhador, estabelecido por acordo com a empresa.

Entre as mudanças contidas na MP, estão a inclusão das micro e pequenas empresas na prioridade de adesão, a previsão de auxílio do Sebrae e a definição do indicador líquido de emprego (ILE) como referência para demonstrar as dificuldades da empresa.

Comissão mista aprova parecer sobre mudança no Parque do Jamanxim

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 758/2016, que altera os limites atuais do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós, no Pará, aprovou na quarta-feira o relatório do deputado José Reinaldo (PSB-MA).

O relatório inclui uma emenda, a de número 5, a pedido do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), criando a Área de Proteção Ambiental da Carapuça, em Itaituba (PA). O deputado Francisco Chapadinha (PTN-PA), autor da emenda, afirma que a criação APA da Carapuça concilia a continuidade das atividades produtivas com a preservação ambiental. A comissão concordou em deixar que o debate da emenda seja

feito nos Plenários da Câmara e do Senado.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) disse que a MP não é o melhor instrumento para alterar os limites do Parque do Jamanxim, assunto que vinha sendo examinado há mais de dez anos pelas lideranças locais.

As alterações nos limites do Parque do Jamanxim e da APA do Tapajós ocorrem devido à construção da Estrada de Ferro 170, a Ferrogrão.

O relator da MP, deputado José Reinaldo, introduziu mudanças no texto para permitir a continuidade de atividades mineradoras, anteriores à criação de reservas ambientais, com a justificativa de que “ali há investimentos muito grandes que não podem ser desconhecidos”.